

Anelise Graciele Rambo
Mestre em Geografia, UFRGS, Porto Alegre.
E-mail: anelise@infsr.unijui.tche.br

Mário José Puhl
Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, UNIJUI, Ijuí.
E-mail: mariopuhl@brturbo.com.br

DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A DENSIDADE INSTITUCIONAL E A INOVAÇÃO TERRITORIAL COOPERATIVA

RESUMO

O presente artigo propõe estabelecer uma discussão em torno da densidade institucional, inovação territorial coletiva e da sua contribuição no desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial, principalmente no âmbito dos territórios periféricos. À medida que os atores desencadeiam ações de forma cooperativa, buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão, entende-se que seja possível promover processos de desenvolvimento territorial, de modo a atender suas demandas e necessidades, através da inovação territorial coletiva, ou seja, a busca coletiva por inovações, com base nas potencialidades e no capital do território. Estes pressupostos são utilizados na análise da experiência da COOPERCANA de Porto Xavier/RS. Esta consiste numa cooperativa autogestionária, a única usina de álcool combustível do Rio Grande do Sul, com relativa densidade institucional, ou melhor, com uma significativa interação entre atores e destes com as demais escalas de poder e gestão pensando, de forma coletiva, ações que visem o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: cooperação, densidade institucional, territórios periféricos

TERRITORIAL DEVELOPMENT DYNAMICS: INSTITUTIONAL DENSITY AND THE COOPERATIVE TERRITORIAL INNOVATION

ABSTRACT

This article proposes to set a discussion on the institutional density, the collective territorial innovation, the cooperation and its contribution to the beginning of territorial development processes, specially in the area of the peripheral territories. While the subjects start cooperative actions aiming at an interaction with other levels of power and management, it's possible to promote territorial development processes, in order to fulfill their demands and needs. These subjects look for a collective territorial innovation, that's to say, a collective search for innovations, based on the potentialities and the capital of the territory. These presuppositions will be demonstrated from the experience of COOPERCANA, based in Porto Xavier /RS. This consists of a self-governed cooperative, the only alcohol – fuel mill in Rio Grande do Sul State, with institutional density, interaction with subjects, and with other levels of power and management, as well, thinking about actions for the territorial development.

Key-words: cooperation, institutional density, peripheral territories

INTRODUÇÃO

As disparidades territoriais têm se tornado cada vez mais evidentes no atual estágio do meio técnico-científico-informacional. A literatura expressa essas desigualdades através de abordagens como a de Castells (1999), tratando do crescimento dos espaços de fluxos em detrimento dos espaços de lugares; Benko & Lipietz (1994), discorrendo sobre o surgimento das regiões ganhadoras e perdedoras; e, ainda, Santos & Silveira (2001) abordando os espaços opacos e luminosos e as regiões do mandar e do fazer. Ou seja, o surgimento de territórios centrais e periféricos, estando estes últimos, de modo geral, subordinados aos primeiros e atendendo, de forma passiva, às suas exigências. Diante da acentuação dessas discrepâncias, a preocupação com o “futuro” dos territórios periféricos também aumenta e, pergunta-se: existem alternativas de desenvolvimento para estes territórios, ou para aqueles sustentados economicamente pela agricultura familiar e por pequenas e médias empresas no espaço urbano? Como territórios distantes dos grandes centros industriais e de tomada de decisão podem assumir maior protagonismo em seu processo de desenvolvimento? Frente a tais inquietações, apresenta-se, a seguir, a experiência da COOPERCANA, na tentativa de demonstrar como um grupo de agricultores familiares do interior do Estado do Rio Grande do Sul tem se organizado para atender suas demandas e necessidades e, ao mesmo tempo, desencadear um processo de desenvolvimento territorial numa região que pode ser considerada periférica, de forma cooperativa.

A trajetória da COOPERCANA – Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier tem início em 1984, quando é constituída a ALPOX S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier), incentivada pelo programa federal do Pró-álcool. Esta sociedade anônima é composta por 156 acionistas: 143 pequenos agricultores, com 49% das ações, e 13 empresários e profissionais liberais detendo 51%. Desde sua fundação há divergências entre sócios majoritários e minoritários, desencadeando-se uma crise financeira na usina, o que leva a constituição da COOPERCANA. A cooperativa, que surge na tentativa de contornar essa crise financeira, é composta pelos agricultores produtores de cana e funcionários da usina. Em 1999, por pressão da sociedade civil organizada e por instituições e organizações locais/regionais, o poder judiciário decreta a falência da ALPOX S/A e a COOPERCANA assume os serviços da usina arrendando o parque industrial, sendo que a compra do parque pela cooperativa efetuou-se em setem-

bro de 2004. Atualmente, os associados da Cooperativa localizam-se nos municípios de Roque Gonzáles (58%); Porto Xavier (35%) no COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) Missões e Porto Lucena (7%) no COREDE Fronteira Noroeste. São ao todo 273 associados, os quais cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, totalizando 2.050 ha produzindo cana para a COOPERCANA.

INOVAÇÃO TERRITORIAL E DENSIDADE INSTITUCIONAL:
UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

Promover um processo de desenvolvimento que não se restrinja a um mero crescimento econômico é uma tarefa árdua até mesmo para os países desenvolvidos. Imagine-se então, o grau de dificuldade encontrado em regiões periféricas localizadas em países “em desenvolvimento”. Regiões que estão distantes dos grandes centros de seu estado, de seu país e principalmente das cidades globais, como as do COREDE Fronteira Noroeste e Missões, sustentadas pela agricultura familiar. Entretanto, nessa região há uma experiência que, até o momento, pode ser considerada um exemplo de que regiões periféricas são capazes de desencadear processos de desenvolvimento territorial, atendendo as demandas e as necessidades dos atores, desde que possuam características de inovação territorial coletiva e de densidade institucional.

Sen (2000) distingue duas alternativas gerais e contrapostas a respeito do desenvolvimento e que, de acordo com o mesmo autor, podem ser encontradas tanto nos debates públicos como nos estudos de economistas. A primeira possibilidade sustenta que o desenvolvimento é um processo “feroz”, duro, disciplinado, um processo “com muito sangue, suor e lágrimas – um mundo no qual sabedoria requer dureza”, diz Sen (2000: 51). Nessa perspectiva, a construção do desenvolvimento requer o afastamento, no máximo possível, das preocupações consideradas “frouxas”, como os direitos políticos e civis, a democracia e temas ambientais. De outro lado, que ela seja feita sobre as bases sólidas do trabalho incansável, pois “o necessário aqui e agora é dureza e disciplina”. Essa idéia aponta para um entendimento de desenvolvimento como progresso e crescimento econômico.

A segunda perspectiva sustenta, contrariamente à anterior, que o desenvolvimento seja um processo “amigável”. Sen (2000: 52), afirma que, nesta perspectiva, “considera-se que a aprazibilidade do é exemplificado por coisas como trocas mutuamente benéficas, pela atuação de

redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social – ou por alguma combinação dessas atividades sustentadoras”. A tese do autor é de que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (*op. cit.*, p. 17), sem deixar de considerar a necessidade do crescimento econômico, do aumento das rendas familiares e a melhorias das condições produtivas. Alia-se, nesta linha de pensamento, a busca pela expansão das “liberdades instrumentais: 1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparências, e, 5) segurança protetora” (Idem, p. 55). Desse modo, o desenvolvimento não se assemelha ao puro crescimento econômico, como na idéia anterior, mas como uma estratégia ou processo que implica, ao longo do tempo, em mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, interconexas, de modo a expandir as liberdades e melhorar as condições da qualidade de vida das pessoas.

O processo de desenvolvimento territorial, ancorado na segunda perspectiva de desenvolvimento, corresponde a ações, mecanismos, estratégias e políticas, desencadeadas, por atores, nele presentes, em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando ou reconstruindo relações de poder sobre o espaço, tornando-o território. Tal processo, por sua vez, dá-se através de novos usos políticos e econômicos do território, com base em potencialidades locais/regionais, de modo a atender a suas demandas e necessidades. Assim o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, reconhecem-se como tal e têm, como referência primeira, seu território, tornando-se mais ativos na intervenção e ação sobre seu território, com o intuito de promover seu desenvolvimento.

Para Boisier (1997), o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades. Refere-se a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inseridos num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão. Tal desenvolvimento industrial se baseia ainda em três objetivos: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território e (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade

de e que habita esse território. Assim, percebe-se que o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, e consiste na articulação dos atores na busca de atender também suas demandas sociais, potencializando tanto capitais tangíveis (aspectos econômicos do desenvolvimento) quanto intangíveis (capacidade de cooperar para realizar ações em comum) (Dallabrida et al., 2004). Considera-se que tal processo é possível na região, em questão, em função da densidade institucional e da inovação territorial coletiva presentes na experiência da COOPERCANA.

A densidade institucional, segundo Fernández (2004), corresponde a uma sólida presença institucional (formal), representada através da presença de firmas, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, escolas, centros de serviço, institutos tecnológicos e universidades, etc; bem como o desenvolvimento de formas de cooperação entre os atores a partir da consolidação entre esse complexo de atores, de uma consciência de pertença mútua a uma dinâmica territorial e ao padrão de coalizão representativo dos interesses locais. Enfim, refere-se a interação de atores públicos e privados, individuais ou coletivos, da sociedade civil, do Estado e do mercado, organizações e instituições, com vistas à realização de ações com objetivos comuns. Essa densidade tem permitido o desenvolvimento da inovação territorial coletiva.

De acordo com o LEADER (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural-2005), a característica “inovadora” de uma ação é definida tendo em conta o contexto local no qual esta ação se inscreve. Toda ação que responde a necessidades particulares de desenvolvimento de um território introduzindo novas soluções, é inovadora. Dentro dessa linha de pensamento, a inovação territorial coletiva é entendida como um sistema dinâmico de reprodução territorial fundado em inovações permanentes, resultado de relações de cooperação entre os atores – públicos e privados, individuais e coletivos – de determinada região/território (Fernández, 2004). Consiste na capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente, e favorecer o desenvolvimento dos territórios, não só em termos de crescimento econômico, mas numa perspectiva integrada (Méndez, 2002).

A inovação territorial coletiva não é restrita às inovações tecnológicas, numa perspectiva econômico-empresarial, mas, para ter uma dimensão territorial, a esta perspectiva são acrescidas características como (1) a criação de

um clima social ou uma mobilização em favor do desenvolvimento e da incorporação de novidades capazes de romper com inércias herdadas, ineficazes ou injustas; (2) a constituição de redes locais de cooperação, que torna possível a realização de projetos comuns; (3) a presença de instituições locais/regionais, que adotam uma atitude protagonista em apoio à inovação e ao desenvolvimento territorial, mediante iniciativas e negociações de acordos com outras instâncias públicas/privadas; e (4) um esforço quanto a melhorias na formação de recursos humanos (ensino em diversos níveis de qualificação, reciclagem de empresários e trabalhadores, até uma adaptação às demandas do saber fazer local) (Idem, 2002).

Em síntese, a inovação territorial coletiva pode ser considerada uma busca coletiva por novos conhecimentos que levam tanto a inovações quanto à organização e à gestão territorial e, conseqüentemente, a um processo de desenvolvimento territorial. A seguir, tentar-se-á demonstrar como a COOPERCANA tem desencadeado um processo de desenvolvimento territorial com base nestas duas variáveis.

A EXPERIÊNCIA DA COOPERCANA

A inovação territorial coletiva e a densidade institucional assumem fundamental importância para os processos de desenvolvimento territorial, principalmente em territórios periféricos, muitas vezes, sustentados pela agricultura familiar e com o espaço urbano predominantemente estruturado em pequenas e médias empresas. A seguir, serão apresentadas as inovações presentes na experiência da COOPERCANA bem como a densidade institucional em torno dela, para num segundo momento, demonstrar os novos usos políticos e econômicos que levam ao processo de desenvolvimento territorial local/regional.

A INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA

A primeira inovação que se destaca é a própria densidade institucional em torno da experiência. Percebe-se por parte dos atores envolvidos na COOPERCANA, uma busca quanto à interação com demais instituições e organizações, sejam locais/regionais ou de outras escalas, seja como instituição protagonista ou simplesmente colaboradora. Isso permite que sejam atendidas demandas tanto da Cooperativa, quanto do seu entorno territorial maior. Constitui-se assim, uma mobilização social, bem como redes de cooperação que permitem a busca de inovações

como as que serão mencionadas a seguir, permitindo novos usos políticos e econômicos do território e conseqüentemente um desenvolvimento territorial local/regional.

Outra inovação a ser considerada é o fato de se cultivar cana-de-açúcar numa região onde tipicamente predomina a cultura da soja. O noroeste gaúcho caracteriza umas das maiores regiões produtoras de soja do Estado. O município de Santa Rosa possui uma grande estrutura de armazenamento de grãos e, juntamente com Horizontina, forma um dos pólos industriais de produção de máquinas e implementos agrícolas mais consideráveis do RS, integrado aos Complexos Agroindustriais do agronegócio. Enquanto nos dois COREDEs, em 2002, foram cultivados 657.860 ha de soja, de cana foram apenas 7.212 ha (IPD, 2005). Esta comparação demonstra que a cultura da cana, comparada a da soja, pode ser considerada uma inovação ao nível regional, o que adquire maior importância ao levar-se em consideração os problemas de viabilidade econômica do cultivo da soja em pequenas e médias propriedades (Brum, 2002).

Os atores, aproveitando um micro-clima favorável ao cultivo da cana – idêntico ao tropical – passam a produzir álcool combustível, fato que pode ser considerado uma potencialidade territorial, pois este cultivo já faz parte da cultura regional. Pode-se afirmar isso, pois a cana é cultivada desde a época das reduções jesuítas (1600), dos Sete Povos das Missões, porém, em geral, seu cultivo se destina ao auto-consumo. Sendo assim, a partir de uma potencialidade local, forma-se uma nova racionalidade em torno de uma velha forma (Santos, 1997), destinando ao mercado, um produto que em geral era destinado à subsistência.

O que foi mencionado acima vai de encontro ao que afirma Méndez (2002) quando menciona que todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, ambientais, institucionais, culturais...) que constitui seu potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos, de forma eficaz e inovadora.

Outra inovação é a industrialização da cana e não sua venda *in natura*, como ocorre no caso da soja. O processo de industrialização permite uma maior geração de empregos e impostos na escala local/regional, uma remuneração maior dos agricultores, sendo que os produtos primários, em geral, agregam menos valor que os industrializados, bem como mais uma fonte de renda.

É importante mencionar ainda o fato da COOPERCANA ser uma Cooperativa e não uma empresa privada do

tipo sociedade anônima. Em geral, as indústrias da região são criadas a partir de uma iniciativa individual ou de alguns poucos acionistas. Dados do Anuário Estatístico da FEE (1993) e (IPD, 2005) demonstram que nas duas regiões dos COREDES, o setor industrial emprega em média de 9 a 11 empregados por indústria. Já, o caráter cooperativo da COOPERCANA permite que esta empregue na usina, 43 empregados efetivos, chegando a empregar, na época da safra, 73. Isso sem contar que, em decorrência do funcionamento da usina, são gerados 919 empregos e postos de trabalho.

Destaca-se que a COOPERCANA é a única usina de álcool combustível do Rio Grande do Sul, atendendo a 2% da demanda do Estado. Sua capacidade chega a 9 milhões de litros/safra, sendo que, atualmente, produz 6 milhões. No entanto, já há projetos visando aumentar essa capacidade para atender a demanda, como será explicitado posteriormente.

O processo de discussão, dentro da Cooperativa, também é de caráter inovador. Esta possui os 273 associados distribuídos em 12 núcleos de base. Estes núcleos realizam reuniões nas localidades do meio rural dos três municípios. Neles, iniciam-se as discussões e as tomadas de decisão. A partir dessa organização, todos os seus associados, participam das decisões que envolvem as ações da Cooperativa, garantindo uma gestão democrática, num processo permanente de formação e educação e empoderamento social dos atores participantes da cooperativa.

A geração de energia a partir da queima do bagaço de cana pode ser destacada como outra inovação. O bagaço, que caracteriza um resíduo, quando não tratado adequadamente, provoca impactos ambientais. Este problema é solucionado através da produção de energia, sendo que, durante o funcionamento da usina, esta se isenta do pagamento da taxa de energia elétrica.

O Estatuto da Cooperativa também pode ser considerado inovador, pois, dentre os objetivos está “contribuir para o desenvolvimento regional”. Objetivo que está em sintonia com os valores do cooperativismo (solidariedade, democracia participativa, equidade) e com um dos princípios das cooperativas: “a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa” (Santos, 2002, p. 4). Tal objetivo, proveniente de uma cooperativa, que resulta da organização da sociedade civil e não de alguma instituição do Estado, pode ser considerada outra característica inovadora, uma resposta às demandas e debilidades locais/regionais. Este objetivo, resultado de discussões dos associados, demonstra o caráter

coletivo desta inovação e um comprometimento desses associados para com seu território, não se restringindo a metas corporativas (enquanto empresa). Pode-se considerar que tal objetivo vem sendo progressivamente alcançado ao levar-se em consideração os projetos dos quais a COOPERCANA participa e as instituições/organizações constituídas pela mobilização de instituições/organizações locais.

Entende-se que as inovações, citadas acima, são possíveis em função da densidade institucional presente na experiência. A interação entre os atores da Cooperativa e entre estes e as demais escalas de poder e gestão aumenta a capacidade de se realizar ações sobre o espaço, tornando o território que “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel” (Abramovay, 2000). Assim, essa densidade institucional tem possibilitado, ainda, a realização de diversas ações e projetos que visam atender a demandas não só setoriais ou corporativas (da Cooperativa), mas também territoriais.

A DENSIDADE INSTITUCIONAL

Até o momento foram mapeadas 51 instituições e organizações da sociedade civil, do Estado e do mercado, das diferentes escalas de poder e gestão, ou seja, da escala local, correspondente à COOPERCANA; da local/regional, correspondente ao COREDE Fronteira Noroeste e Missões; estadual; federal e internacional, as quais de alguma forma interagem com a COOPERCANA através de diferentes projetos e ações.

Abaixo apresentamos a figura 1 que busca demonstrar a densidade institucional destacando as escalas e seus respectivos atores.

Nesta figura, pode-se observar que o número de atores locais/regionais envolvidos é relativamente maior que o das demais escalas. Isso demonstra um comprometimento e protagonismo destes atores quanto à busca de respostas a suas demandas, sendo uma demonstração do poder de organização e gestão destes atores para com seu território. Também é significativa a organização da sociedade civil, somando 20 instituições/organizações presentes na escala local/regional. Considera-se, essa organização, um elemento fundamental para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. A partir do momento em que os atores e, principalmente, a sociedade civil encontra-se organizada, buscando atender suas demandas e interagindo com atores das demais escalas de poder e gestão – formando uma densidade –, o

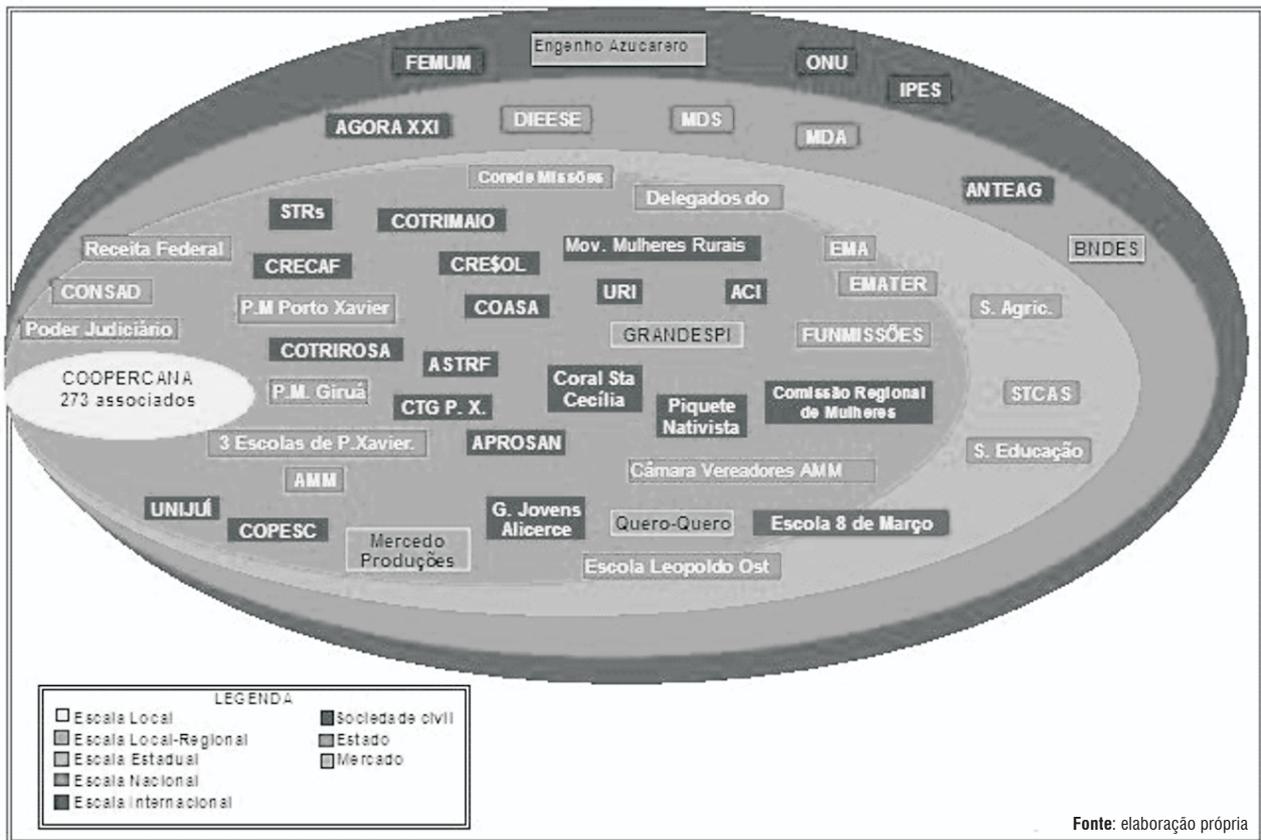


Figura 1. Densidade institucional: os atores e suas escalas de poder e gestão

desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial é possível. Quando este processo parte do local, interagindo com as demais escalas, características como legitimidade e democracia se fazem mais presentes, havendo maior participação, comprometimento e identidade destes atores locais para com as ações a serem desenvolvidas. A seguir, são apresentados os novos usos políticos e econômicos do território que tem levado ao processo de desenvolvimento territorial.

OS NOVOS USOS POLÍTICOS DO TERRITÓRIO

Na figura 2 que segue, observa-se que a constituição da COOPERCANA já é resultado da interação e cooperação entre diferentes instituições e organizações. Para sua criação foi necessário um grande apoio da ASTRF (Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços), o STR – Porto Xavier (Sindicato de Trabalhadores Rurais), das igrejas católica e evangélica e da COOPAX

(Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier). Isso, porque os plantadores de cana e os funcionários da ALPOX estavam desestimulados em dar continuidade as atividades da usina, sendo estas instituições/organizações fundamentais no processo de mobilização dos funcionários e agricultores para a constituição da Cooperativa.

Na mesma figura é possível observar ainda que, a partir da COOPERCANA, foram criadas outras instituições/organizações, as quais interagem frequentemente em diversos projetos e ações. Assim sendo, a Coopercil (Cooperativa dos Recicladores) criada em 2004, é resultado do Programa Coletivos do Trabalho do Governo do Estado (1999-2002). Atores da escala local acabaram articulando-se com o Governo do Estado para que fosse constituída uma cooperativa de reciclagem no município de Porto Xavier, a Coperbioverde. Com o fim do programa, esta cooperativa acabou desestruturando-se, porém a ASTRF, junto a algumas pessoas deste grupo, organizaram a Co-

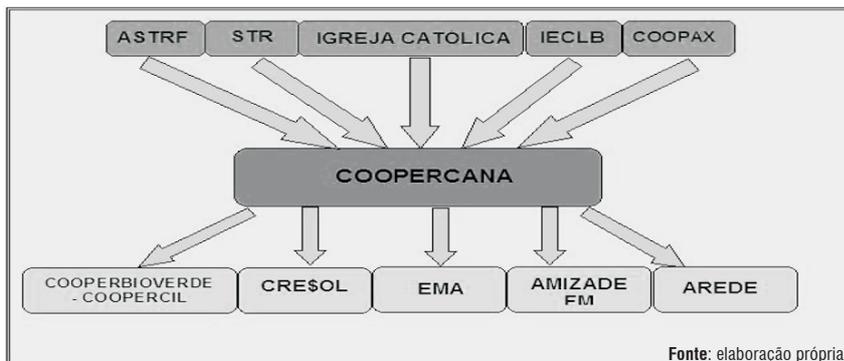


Figura 2. Os novos usos políticos do território: densidade institucional que permitiu a formação de instituições/organizações

operil. O processo de constituição da Coperbioverde até a Cooperil integrou instituições/organizações como a COOPERCANA, ASTRF, STR, COOPAX, ACI-Porto Xavier, (Associação Comercial e Industrial), EMATER, Prefeitura de Porto Xavier, STCAS (Secretaria de Trabalho e Assistência Social) e a Escola de Trabalhadores 8 de Março de Novo Hamburgo.

Outro uso político do território é a constituição de uma unidade do Sistema CRE\$OL – Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Tal processo iniciou-se no ano de 2000, quando foram realizados encontros do Fórum de Desenvolvimento Local, realizados no município de Porto Xavier, os quais contaram com a participação de instituições e organizações como COOPERCANA; EMATER; ASTRF; STR – Porto Xavier; COOPAX; EMA; COOPESC (Cooperativa dos Pescadores – Porto Xavier); Secretaria da Agricultura e Conselho Municipal da Agricultura de Porto Xavier. Estes seminários se propuseram a discutir os estrangulamentos quanto ao desenvolvimento local.

Dessa forma, como demanda primeira, surgiu a dificuldade de acesso ao crédito, por parte dos pequenos agricultores. Percebeu-se a necessidade de uma organização que fomentasse a agricultura familiar, facilitando o acesso a recursos financeiros. Assim, os atores optaram pelo Sistema CRE\$OL que, segundo os mesmos, melhor se adequou a suas necessidades e a seus interesses, sendo implantado em janeiro de 2003. A densidade institucional em torno da constituição da CRE\$OL teve reflexos territoriais, atingindo não apenas os associados da COOPERCANA, mas sim demais agricultores da região, proporcionando-lhes um acesso mais fácil ao crédito (na forma de micro-crédito e os recursos do PRONAF) e a outros

programas governamentais como a habitação rural (PSH Rural). A área de abrangência da CRE\$OL-Porto Xavier, expande-se para além deste município, possuindo associados em Porto Lucena, Porto Xavier, Roque Gonzáles e São Paulo das Missões, somando 600 cooperados.

Ainda nessa linha, pode-se citar a constituição do EMA (Ensino Médio Alternativo). Os atores locais, incentivados pelo programa do Governo Estadual para a constituição de escolas mais adequadas à realidade local, realizaram reuniões com a Secretaria

da Educação do Estado e, posteriormente, entre entidades como COOPERCANA, COMADEM; STR; COOPAX; EMATER; Escolas de Rincão Comprido, Rincão Vermelho e Linha São Carlos de Porto Xavier, para traçar o planejamento inicial do EMA. Após sucessivos encontros através de seminários e reuniões, com o objetivo principal de planejar a melhor forma de implantação, organização e seqüência do EMA, foi criado, na Linha São Carlos, em julho de 2001, o ensino médio adequado à realidade agrícola local.

A rádio comunitária Amizade FM também resultou das discussões do Fórum de Desenvolvimento Local. A necessidade da constituição de uma rádio partiu do fato de só haver uma deficiência na comunicação no município de Porto Xavier. Para a criação da rádio, interagiram a COOPERCANA, ASTRF, EMA, STR, CRE\$OL e Igreja católica e IECLB, as quais levantaram os recursos e os meios necessários a sua implementação. Hoje, toda a população do município é beneficiada com a Amizade FM, havendo uma programação local. Além disso, a constituição da AREDE (Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa), uma ONG voltada a ministrar cursos de formação e capacitação alternativos para classes sociais menos favorecidas, também é resultado da interação de diferentes instituições/organizações, entre elas a COOPERCANA.

Outros projetos, que merecem ser destacados, são aqueles relacionados à Lei de Incentivo à Cultura. A Cooperativa, junto a demais organizações e instituições da região vem patrocinando projetos culturais (principalmente festivais estudantis), contribuindo, assim para o desenvolvimento da cultura regional. Desde 2003, participou de 7 projetos nos municípios de Porto Xavier, Santo Cristo e

Girua, Estes projetos demonstram que os reflexos da COOPERCANA não se dão apenas no espaço rural, beneficiando os associados produtores de cana. Expandem-se de forma territorial, tendo reflexos mais significativos à medida que esta interage com demais organizações e instituições de diferentes escalas.

Por fim, outro uso político do território a ser considerado é o processo de decretação da falência da ALPOX e, posterior, arrendamento da massa falida em 1999. Este contou com ampla participação da sociedade civil regional organizada, pressionando o poder judiciário, o que permitiu as demais transformações territoriais elencadas. Da mesma forma, a compra da massa falida, em 2004, exigiu novamente alto nível de densidade, ou seja, de cooperação entre diferentes atores das diferentes escalas de poder e gestão, para que a compra fosse concretizada.

OS USOS ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO

A figura 3 apresenta os novos usos econômicos do território, descritos mais detalhadamente a seguir.

O uso econômico que mais se destaca é o próprio cultivo da cana-de-açúcar. Em 1999, ano em que é decretada a falência da ALPOX e a COOPERCANA arrenda a usina havia cerca de 1.250 ha de cana produzindo para a ALPOX. Já, em 2003, esse número atingia 1.868 ha, passando para 2.050 ha em 2005, o que representa um crescimento de 64%, ou um aumento de 800 ha num período de 6 anos. Esse crescimento é significativo levando em

consideração que, em média, 70% dos estabelecimentos agropecuários dos dois COREDES, em 1995, possuíam até 20 ha (IPD, 2005). Além disso, a própria industrialização da cana e sua transformação em álcool combustível caracteriza um novo uso econômico, pelo fato de se tratar da única usina de álcool do Rio Grande do Sul.

Além do mais, nos 6 anos de atividades da COOPERCANA, esta recolheu quase R\$ 7 milhões em impostos, os quais poderiam deixar de ser arrecadados caso a usina encerrasse as atividades após a decretação de sua falência. Estes valores podem ser observados na figura abaixo.

Tabela 1. Impostos recolhidos pela COOPERCANA – Porto Xavier/RS. Valores: R\$ 1,00

ORIGEM	ICMS	PIS e COFINS	INSS	FUNRURAL	Total
1999	303.953,48	44.452,53	11.178,33	17.774,25	377.358,59
2000	595.606,60	79.155,97	34.535,44	26.497,70	735.795,71
2001	870.624,45	124.032,40	47.725,65	39.692,97	1.082.075,45
2002	1.081.565,34	157.091,38	67.436,55	58.719,24	1.364.812,51
2003	1.174.934,51	164.343,77	101.367,84	56.461,47	1.497.107,59
2004	1.448.564,00	195.203,69	70.669,62	10.472,30	1.754.909,58
Total	5.475.248,38	764.279,74	332.913,43	209.617,93	6.812.059,43

Fonte: COOPERCANA, 2005.

É importante observar que a arrecadação do ICMS pelo município de Porto Xavier, em 2004, foi de R\$ 2.905.374,00 (FEE, 2005). Assim sendo, o ICMS gerado pela COOPERCANA representou, em 2004, 50% do imposto recolhido no município de Porto Xavier. Pode-se ressaltar, assim, que os impostos recolhidos pela Cooperativa podem levar a diferentes transformações territoriais, beneficiando pessoas que não possuem ligação direta com a usina. Assim, os reflexos da COOPERCANA se dão ao nível territorial e não apenas setorial, destacando que há ainda uma preocupação explícita da Cooperativa em contribuir com o desenvolvimento da região.

Outro novo uso econômico do território observável é a geração de 919 empregos e postos de trabalho, decorrente das atividades diretas da usina, como aponta a Tabela 2.

Os empregos gerados pela Cooperativa, dentro da CLT, chegam a 73 no período de safra e 43 na entre-safra, estando acima da média dos dois COREDES, como já mencionado anteriormente. Assim, os empregos,



Fonte: elaboração própria.

* Projetos que têm gerado transformações territoriais e levado a novos usos econômicos do território.

Figura 3. Os novos usos econômicos do território

Tabela 2. Empregos e postos de trabalho gerados pelas atividades na Usina da COOPERCANA

COLHEITA (06 meses)	
Nº de pessoas empregadas no corte	400
Quadro técnico de apoio	15
Operadores de carregadeiras	10
Motoristas de caminhões	52
Agricultores	273
PLANTIO	
Média histórica	50
INDÚSTRIA (CLT)	
Quadro efetivo	43
Quadro safrista	76
Total de postos de trabalhos gerados pelas atividades da Usina	919

Fonte: COOPERCANA, 2005

além dos demais postos de trabalho, provenientes de uma usina de álcool, pode ser considerado um novo uso econômico. Além das transformações territoriais citadas, que caracterizam novos usos econômicos, pode-se elencar alguns projetos que vêm sendo desenvolvidos, os quais, da mesma forma, levam a novos usos econômicos na medida em que têm disseminado a cadeia da cana-de-açúcar:

O projeto “*Estudo de adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul*”, concluído no final de 2004, que mobilizou a COOPERCANA, ASTRF, Governo do Estado (RS Rural), além de agroindústrias familiares de cana dos municípios de Santo Cristo, Porto Xavier, Pirapó, Porto Lucena e Dezesseis de Novembro, pode ser o primeiro exemplo. Esta iniciativa buscou testar variedades de cana de modo a identificar as que melhor se adaptam ao clima e ao solo da região, ao produto final da cana, além de variedades que dispensam a queima quando do corte do canavial. Isso, com o intuito de tornar a cadeia da cana mais viável à agricultura familiar e visando à diminuição dos danos ambientais, decorrentes da queima dos canaviais.

O projeto *Rede de Cidades* foi desenvolvido de 2002 a 2004. Contou com atores como o Governo Federal, Estadual e Local; a AMM (Associação dos Municípios das Missões); PGU (Programa de Gestão Urbana) da ONU para a América Latina e Caribe, além de 165 instituições e organizações locais/regionais, dentre elas a COOPERCANA. Desenvolvido na região da AMM, seu objetivo foi constituir um plano de ações para o desenvolvimento e combate à pobreza, a partir de propostas de projetos já existentes na região. Foram realizados seminários de apoio para reforçar as capacidades dos atores locais, quanto ao

desenvolvimento dos projetos. Seleccionados 14, estes foram encaminhados a vários Ministérios e Secretarias do Governo Federal com interesse em seu financiamento.

Como uma consequência do Rede de Cidades, pode-se citar o projeto “*Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS – gerando renda e saboreando alimentos com a cultura da cana-de-açúcar na agricultura familiar*”, o qual está em fase de implementação. Os atores envolvidos são a ASTRF, CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Missões), STRs, COOPERCANA e 600 agricultores familiares da região. O projeto se propõe a diagnosticar a exclusão social, a partir de uma pesquisa com 600 famílias de baixa renda, e as iniciativas de industrialização da cana que possam servir como uma referência; a realizar intercâmbios regionais; a promover a participação em eventos que impulsionem a comercialização dos derivados de cana; a fazer análises laboratoriais que avaliem as características nutricionais dos derivados de cana; sensibilizar e capacitar 200 famílias de agricultores para resgatar a produção de alimentos ecológicos; potencializar feiras locais e constituir o Fórum Regional da Cana (com reuniões e viagens de campo). Através das atividades mencionadas, o projeto tem, por meta, debater e desencadear um debate sobre o potencial da cultura da cana como instrumento de viabilização das propriedades rurais e, ainda, como uma alternativa à dinâmica excludente da monocultura da soja. A densidade institucional desse projeto pode alavancar atividades que se colocam como uma alternativa de desenvolvimento às pequenas propriedades rurais de região, podendo ainda ter reflexos positivos quanto à segurança alimentar, na medida em que serão produzidos alimentos com uma gradativa diminuição no uso de agroquímicos, tanto para o autoconsumo nas propriedades, como àqueles destinados ao consumo urbano.

Pode-se citar o *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel*. O Governo Federal propõe, por meio deste, um plano de ações no âmbito da agricultura familiar de todo território nacional. O programa visa a produção de um combustível menos poluente, que tem, como matéria-prima, plantas como a mamona, o girassol e a soja. Além do benefício ambiental, busca possibilitar a execução de projetos auto-sustentáveis, considerando preços, qualidade, garantia de suprimento e uma política de inclusão social. As ações ao nível local/regional estão em fase de discussão, objetivando-se a instalação de duas ou três plantas industriais de pequeno e médio porte. A expectativa é de que três cooperativas – COOPERCANA, Coasa (Coope-

rativa Agrícola de Água Santa/RS) e Cotrimaio (Cooperativa Triticola de Três de Maio/RS) – produzam biodiesel de forma coletiva. A COOPERCANA adaptar-se-ia a produzir álcool anidro, usado na geração do combustível. Já a Coasa e a Cotrimaio forneceriam a matéria-prima e produziriam o biodiesel.

Cabe aqui mencionar outro projeto proposto pela COOPERCANA, “Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar”. Nele está envolvida ainda a CRECAF – Central Regional de Cooperativas da Agricultura Familiar. Este projeto busca a ampliação da produção de álcool hidratado (combustível), a produção de álcool anidro (misturado à gasolina) e, num segundo momento, a produção de biodiesel pela COOPERCANA. O biodiesel terá, como matéria-prima, a soja havendo a possibilidade de, posteriormente, utilizar também a canola, o nabo forrageiro e o girassol, já cultivados na região. A partir daí, a COOPERCANA buscará viabilizar uma integração com os agricultores ligados a CRECAF (cujas cooperativas integrantes localizam-se nos municípios de Santo Cristo, Campina das Missões; Cândido Godói, Salvador das Missões São Pedro do Butiá; Alecrim), os quais forneceriam a matéria-prima. A intenção dos atores em propor este projeto é buscar alternativas de agregação de valor à agricultura familiar bem como permitir uma maior inserção dos agricultores familiares no mercado.

A construção do desenvolvimento local é fruto da participação efetiva da comunidade, cuja centralidade está no humano, no ser humano como sujeito, com as mais diversas possibilidades de realização quanto à forma, à organização, mas tem, na cooperação um princípio fundante. Na relação entre cooperação e desenvolvimento local, Frantz diz que:

Organizações cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. A cooperação é, em seu princípio constituinte, um acordo racional de sujeitos sobre algo, isto é, a economia. O acordo da cooperação diz respeito aos interesses e necessidades frente à produção e distribuição de bens e riquezas. No entanto, contém elementos sociais, culturais e políticos, incorporados ao seu sentido econômico. Destes elementos decorre uma natureza local que permite reconhecer uma relação entre a organização e o funcionamento de uma cooperativa e o processo de desenvolvimento local. (...) As organizações cooperativas podem ser reconhecidas como expressão das ações locais de desenvolvimento.

Porém, mais que o local, a organização cooperativa carrega dentro dela a força política que permite recolocar o homem e não o capital, no centro da dinâmica da economia” (2003, 17-18).

Pelo que foi mencionado por Frantz, pode-se perceber que os projetos e as ações, acima descritos apresentam características inovadoras frente à realidade local/regional, além de uma considerável densidade institucional. Isso permite que, a partir da iniciativa dos atores locais/regionais, e da busca da interação com demais atores das diferentes escalas de poder e gestão, seja possível atender algumas das demandas e necessidades destes espaços. Tais projetos/ações, acabam tendo um reflexo territorial e não setorial, justamente em razão das diferentes instituições e organizações que participam dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada traz elementos dos reflexos da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional, através da organização cooperativa. Estas duas variáveis, presentes na experiência da COOPERCANA, permitem que esta organização se coloque, ao nível local/regional, como uma instituição que, em interação com outras organizações e instituições, são capazes de realizar ações coletivas e inovadoras, gerando transformações territoriais.

A densidade institucional e as inovações citadas permitem desencadear projetos e ações que atendem a diversas demandas dos atores locais/regionais. Pode-se citar, como exemplos (1) um novo uso econômico do solo agrícola, mais adequado à realidade dos agricultores familiares estruturados em pequenas propriedades (COOPERCANA, agroindústrias familiares); (2) o acesso dos mesmos ao crédito e financiamentos (CRE\$OL); (3) uma opção de ensino mais adequada à realizada rural local (EMA); (4) a realização de eventos culturais e recreativos (patrocínios através da Lei de Incentivo a Cultura); (5) a geração de empregos, (6) impostos e (7) novos conhecimentos (troca de informações/conhecimentos entre organizações e instituições).

Entende-se que estas ações acabam tendo resultados mais imediatos, significativos e de caráter mais contínuo sobre o território, pois o protagonismo dos atores locais/regionais, quanto à busca pelo atendimento de suas demandas, gera um comprometimento maior dos mesmos para com tais ações. Isso pois, os atores locais criam nos

lugares um novo dinamismo já que, da convivência com a necessidade e com o outro, a cada dia, todo novo dia está a exigir a descoberta e criação de formas inéditas de trabalho e de luta (Kahil, 2005).

Diante disso, é possível considerar que o processo de desenvolvimento dos territórios periféricos exige uma organização e mobilização local muito forte. Ou seja, tal processo exige características de endogeneidade, ou seja, deve partir do local. Isso não quer dizer auto-suficiência, muito pelo contrário. Faz-se necessário um poder local organizado (densidade institucional local), buscando uma interação com as demais escalas. Essa densidade institucional gera a possibilidade de desenvolvimento e atendimento das especificidades de cada lugar, constituindo-se um território nacional mais integrado e homogêneo, levando em consideração as potencialidades locais e, desse modo, atendendo as necessidades e demandas dos atores locais/regionais. Assim, estes atores tornam-se capazes de desencadear ações coletivas inovadoras, atendendo a uma das exigências do meio técnico-científico-informacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Economia Aplicada*, São Paulo: USP/FIPE, v. 4, n. 2, 2000. p. 379-397.
- BENKO, G. L.; LIPIETZ, A. As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994. P.33-49.
- BOISIER, S. El vuelva de una cometa: una metamorfose para una teoría del desarrollo territorial. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1997.
- BRUM, A. L. A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul – 1970-2000. Ijuí: Unijuí, 2002.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. A dinâmica territorial do desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. In: Segundo Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.
- FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. In: *Revista Redes*. Santa Cruz do Sul: v.9, n. 1, jan/abr, 2004.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística. 1993. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em set/05.
- FRANTZ, W. Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo., Ijuí: Ed. UNIJUÍ, Série Cooperativismo n. 05, 2003.
- IPD – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://seguro.unijui.tche.br/nbd/>. Acesso em maio/2005.
- KAHIL, S. P. Usos do território: uma questão política. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. USP, São Paulo: 20 a 26 de março de 2005.
- LEADER – Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/coll/art08.htm>. Acesso em: maio/2005.
- MÉNDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: alguns debates teóricos recientes. *Eure*. Santiago: v. 28, n. 84, 2002, Disponível em www.scielo.cl/scielo.php. Acesso em junho/2004.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, B. S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, n. 2, 2002.
- SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.